



# JORNAL

do

## Parlamento Nacional

III LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2015-2016)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Adérito Hugo da Costa

**Vice-Presidentes:**

**Secretária:** Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Maria Fernanda Lay

**Vice-Secretárias:**

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Adérito Hugo da Costa) declarou aberta a Sessão Plenária às 10 horas e 25 minutos. Depois disso, efetuou a leitura da agenda do dia e avisou que não haveria Período da Ordem do Dia.

**Antes da Ordem do Dia** – Procedeu-se à leitura da carta de justificação de faltas do Sr. Deputado Pedro dos Mártires da Costa (CNRT) pela Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa, Maria Fernanda Lay.

De seguida, teve lugar a apresentação do relatório da participação no Seminário sobre o Papel dos Parlamentares na Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada na CPLP, em Brasília, de 7 a 9 de julho de 2015, pela Sr.<sup>a</sup> Aurora Ximenes (FRETILIN), tendo intervindo a Sr.<sup>a</sup> Izilda Manuela da Luz Pereira

Soares (CNRT) e o Sr. Francisco Miranda Branco (FRETILIN).

Nas intervenções diversas, o Sr. César Valente de Jesus (CNRT) pediu ao Governo para fiscalizar a construção dos muros de proteção da estrada de Tassitolu para Liquiçá que considera não terem qualidade.

A Sr.<sup>a</sup> Domingas Alves da Silva «Bilou-Mali» questionou sobre o término da manifestação realizada pelos estudantes universitários no recinto da Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

O Sr. Antoninho Bianco (FRETILIN) desafiou o Governo a clarificar a sua posição relativamente ao estatuto de cidadão do ex-prisioneiro Christopher Lefrai,

que falsificou os documentos, e à política do Governo acerca da reforma dos ex-guerrilheiros das FALINTIL. Por outro lado, ele lamentou que o Governo não crie um concurso de escrita científica nas instituições académicas.

O Sr. Paulino Monteiro Soares Babo (PD) pediu ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que facilite a venda de cartões de recarga da eletricidade à população de Hatulia. Ele também exigiu ao Ministério da Agricultura e Pescas que arranje um aparelho que detete as doenças dos animais antes de matá-los em matadouro e vendê-los aos consumidores.

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Maria da Conceição (FRETILIN) exigiu ao Ministério da Agricultura e Pescas que justifique a existência de uma elevada taxa de malnutrição em Bobonaro apesar de já ter sido estabelecido o Conselho Nacional para a Segurança Alimentar e Nutrição em Timor-Leste. Ela sugeriu também ao Ministério da Educação que mude a data de realização dos exames nacionais, de forma a que os professores e alunos possam participar na cerimónia dos 500 anos da chegada dos portugueses em Oe-Cusse.

A Sr.<sup>a</sup> Olinda Morais (PD) pediu ao Governo que responda ao pedido do Comandante da Esquadra de Same relativamente à falta de combustível.

O Sr. Manuel de Castro Pereira (FRETILIN) questionou o programa de construção de casas dos MDGs em Tilomar que não teve a utilização que se esperaria por parte da população. O Deputado também lembrou as dívidas que o Governo criou através do programa PDID (Plano de Desenvolvimento Integrado Distrital) e reabilitação das escolas e clínicas. Ele lamentou a falta de luz em Bazartete ainda que a linha elétrica já tenha sido instalada. Por último, pediu ao Governo que contrate técnicos timorenses qualificados para fiscalizar a reabilitação das estradas no Município de Manufahi.

A Sr.<sup>a</sup> Albina Marçal Freitas (CNRT) questionou o corte de orçamento efetuado pelo Ministério das Finanças à Comissão Nacional de Combate ao HIV/SIDA. Lamentou as casas dos MDGs que foram abandonadas em Tutuala e questionou o mecanismo da sua distribuição. Além disso, também manifestou

preocupação com a construção das estradas no Município de Lautém, utilizando alcatrão de menor qualidade.

A Sr.<sup>a</sup> Josefa Álvares Pereira Soares (FRETILIN) questionou o incumprimento da lei de aprovisionamento pelo Governo, principalmente o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em relação à execução do Fundo de Infraestruturas, embora a *Deloitte*, na sua auditoria, tenha alertado repetidamente para isto. Disse ainda que é preciso saber a razão pela qual se fez um corte no orçamento da Comissão Nacional de Combate ao HIV/SIDA.

A Sr.<sup>a</sup> Angélica da Costa (FRETILIN) deu parabéns às mulheres rurais timorenses, no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Mulher Rural. Pediu ao Governo para monitorizar os grupos beneficiários do fundo oferecido pela Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade para desenvolver atividades lucrativas. Por outro lado, lamentou a falta de facilidades aos pontos focais da SEPI em 13 municípios para supervisionar os grupos beneficiários. Por último, lamentou que o osuário em Manufahi não receba atenção das autoridades locais.

O Sr. Manuel Gaspar da Silva (FRETILIN) questionou o mau atendimento do barco *Liberty* nas viagens entre Díli e Oe-Cusse. O Deputado também lamentou as declarações do Diretor da AJAR (*Asia Justice and Right*) sobre o sentido de Estado e de nacionalismo dos Deputados.

Por último, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, Maria Terezinha Viegas, respondeu às preocupações dos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente encerrou a Sessão Plenária às 11 horas e 51 minutos.

Sr. **Presidente** (Adérito Hugo da Costa): — Bom dia, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados. Vamos iniciar a nossa Sessão Plenária de hoje, dia 20 de outubro de 2015.

*Eram 10 horas e 23 minutos.*

«Período de Antes da Ordem do Dia

1. Pedido de justificação de faltas do Sr. Deputado Pedro dos Mártires da Costa;
2. Distribuição de ofícios escritos em resposta às preocupações dos Srs. Deputados (...);
3. Leitura e apreciação do relatório da Sr.<sup>a</sup> Deputada Aurora Ximenes, relativo à participação no Seminário sobre o Papel dos Parlamentares na Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada na CPLP, em Brasília, de 7 a 9 de julho de 2015;
4. Eventuais declarações das bancadas parlamentares;
5. Intervenções diversas dos Srs. Deputados.
6. Informações da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares sobre questões suscitadas por Srs. Deputados».

Hoje não há Período da Ordem do Dia, por isso esta Sessão Plenária terá uma duração de uma hora de tempo. Começando às 10h23 deverá terminar pelas 11h23.

Há algumas observações em relação à agenda, por favor? Srs. representantes das bancadas?

De acordo com o calendário das atividades do Plenário, a Sessão Plenária de hoje é em língua portuguesa.

Se não houver observações sobre a agenda, vamos começar com o ponto n.º 1.

Peço à Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa para fazer a leitura do pedido de justificação de faltas, por favor.

Sr.<sup>a</sup> **Secretária da Mesa** (Maria Fernanda Lay): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Excelências, muito bom dia.

«Requerimento de justificação de faltas.

Exmo. Sr. Presidente do Parlamento Nacional

Pedro dos Mártires da Costa, Deputado ao Parlamento Nacional pertencente à Bancada do Partido CNRT, vem requerer a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne considerar justificadas as faltas dadas às reuniões do Plenário e de Comissões entre os dias 15 de setembro e 16 de outubro, por motivo de doença e de tratamento, o que faz nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 8.º, n.ºs 1, alínea *b*), 2 e 3, e 5º, n.º 2, da Lei n.º 5/2004, de 5 de maio (Estatuto dos Deputados), e do 10.º, n.º 1 do Regimento do Parlamento Nacional (...).

Data, 19 de outubro de 2015

O Deputado

Pedro dos Mártires da Costa».

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa.

A seguir continuamos para o ponto n.º 3 da agenda. Convido a Sr.<sup>a</sup> Deputada Aurora Ximenes, na qualidade de relatora, para apresentar o relatório. Por favor.

Sr.<sup>a</sup> **Aurora Ximenes** (FRETILIN): — Obrigada, Sr. Presidente.

«Grupo Nacional AP-CPLP.

Relatório relativo à participação no Seminário sobre o Papel dos Parlamentares na Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada na CPLP. Brasília, 7 a 9 de julho de 2015.

#### I. Introdução

Em 30 de junho de 2015, foi recebido no Parlamento Nacional, através da representação diplomática do Brasil em Timor-Leste, um convite do Deputado Padre João, da Câmara dos Deputados do Brasil, Coordenador da Frente Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil, para participar na reunião de instalação do Mecanismo de Facilitação da Participação Parlamentar no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, em Brasília, de 7 a 9 de julho de 2015.

O encontro tomou a forma de seminário subordinado ao tema “O Papel dos Parlamentares na Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada na CPLP”.

O Parlamento Nacional de Timor-Leste fez-se representar neste encontro pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Aurora Ximenes (FRETILIN), membro suplente do Grupo Nacional à Assembleia Parlamentar da CPLP, acompanhada pela funcionária Sancha Margarida Tilman.

Para além do Parlamento Nacional, participaram no encontro as seguintes delegações:

- Deputado Raul Augusto Lima, da Assembleia Nacional de Angola;
- Deputado Padre João, da Câmara dos Deputados do Brasil, e Senadora Regina Souza, do Senado do Brasil;
- Deputado Almame Cassamá e Deputado Alberto Lamine Jaló, da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau;
- Deputada Antónia Simão Paulo Charre e Deputado Leopoldo Alfredo Ernesto, da Assembleia da República de Moçambique;
- Deputada Ângela Guerra, Deputado Pedro do Ó Ramos e Deputado Arménio Santos, da Assembleia da República de Portugal;

- Deputado José Luís Xavier Mendes e Deputada Ana Isabel Meira Rita, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;
- Deputada Nacional Guadalupe Valdez, do Congresso Nacional da República Dominicana, ex-Coordenadora da Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe.

No encontro participaram ainda as seguintes personalidades:

- Ex-Deputado Nazareno Fonteles, ex-Coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil;
- Embaixador Gregório de Sousa, Embaixador de Timor-Leste no Brasil;
- Marcos Lopes, Assessor de Cooperação Humanitária no Ministério das Relações Exteriores do Brasil;
- Carlos Garcia, Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura (FAO);
- Arnaldo de Campos, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- Representantes dos Ministérios brasileiros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário e da Saúde.

## II. Programa

O programa do encontro constava do seguinte:

Terça-feira, dia 7 de julho

- O papel dos parlamentares na promoção de políticas de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) e DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada).
- Estudos do caso do Brasil e da Frente Parlamentar contra à Fome na América Latina.
- A ESAN-CPLP e o papel dos parlamentares no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da CPLP.

Quarta-feira, dia 8 de julho

- Oficina de capacitação em Direito Humano à Alimentação Adequada para Parlamentares da CPLP.
- Participação no lançamento da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil.
- Elaboração de plano de trabalhos.

Quinta-feira, dia 9 de julho

- Visita ao terreno.

- Visita ao Secretariado do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) da Presidência da República do Brasil.

### III. Atividades

- Intervenções no Seminário

O objetivo do seminário subordinado ao tema “O papel dos parlamentares na promoção do direito humano à alimentação adequada na CPLP” foi debater a intervenção dos parlamentares na promoção do direito humano à alimentação adequada, tendo como referência a Estratégia de Segurança Alimentar da CPLP e os documentos aprovados sobre esta matéria na XII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Maputo, em 2012.

O seminário foi organizado pelo ex-Deputado Nazareno Fonteles, ex-Coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil, pela Senadora Regina Souza, do Senado do Brasil, e pelo Sr. Marcos Lopes, Assessor de Cooperação Humanitária no Ministério das Relações Exteriores. Os organizadores do seminário apresentaram a todos os participantes a história e evolução da Frente Parlamentar Contra a Fome no Brasil e da Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe, bem como algumas das atividades que têm vindo a ser desenvolvidas no seu âmbito.

Na apresentação da Deputada Nacional Guadalupe Valdez, do Congresso Nacional da República Dominicana, ex-Coordenadora da Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar e Nutricional da América Latina e Caribe, foi realçado que no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), deve ser feita uma reflexão sobre os desafios existentes nos vários países que se colocam à construção de estratégias regionais e locais para a erradicação da fome de forma permanente. Foi também abordada a necessidade de se assegurarem espaços de diálogo político plural e inclusivos com o apoio da sociedade civil e dos sectores privados. Discutiu-se ainda a necessidade de o Orçamento Geral do Estado apoiar políticas públicas com foco no desenvolvimento humano e de se abordar a soberania alimentar e nutrição e a erradicação da fome de uma perspetiva multissetorial, não só na vertente da produção de alimentos, mas também nas áreas de acesso e disponibilidade para a saúde, educação, meio ambiente, trabalho e segurança social.

Seguiu-se a apresentação, pelos Deputados presentes, sobre a experiência de cada país em matéria de segurança alimentar e nutricional.

Relativamente a Timor-Leste, foi referido o lançamento pelo Governo de Timor-Leste, em janeiro de 2014, do Plano de Ação Nacional “Timor-Leste sem fome e malnutrição”, e a criação do Conselho Nacional para a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional.

- Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (FPSAN da CPLP).

Em conclusão dos trabalhos, foi acordada a criação da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (FPSAN da CPLP).

Nos termos do “Compromisso Parlamentar da CPLP pela Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada”, a “Frente será aberta a todos os parlamentares e às parlamentares dos Estados Membros da CPLP, em nível local, sub-regional, regional e nacional, engajados em contribuir para a erradicação da fome e da má nutrição nos países da CPLP”. Ficou igualmente acordado que “a FPSAN da CPLP se reunirá com convocação dos membros, em base regular, para monitorar a situação da segurança alimentar e nutricional dos países da CPLP, bem como as medidas tomadas pelos Parlamentos na promoção do direito humano à alimentação adequada”. Por fim, foi criado um Grupo de Trabalho para implementação da FPSAN, o qual “será composto por representantes da Assembleia Parlamentar da CPLP, bem como por parlamentares membros das Frentes Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional já existentes ou a serem criadas nos países da Comunidade”. A delegação do Parlamento Nacional de Timor-Leste, assim como as delegações da Assembleia Nacional de Angola e da Assembleia da República de Portugal, não assinaram o documento referido. No caso de Timor-Leste, a falta de assinatura deveu-se ao facto de a representante do Parlamento Nacional, conforme entendimento defendido pelo Grupo Nacional, entender que a criação da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar da CPLP e do mecanismo de facilitação da participação parlamentar no CONSAN, deveriam ser previamente discutidas pelo Grupo Nacional, de modo a garantir a devida articulação da Frente com a estrutura da Assembleia Parlamentar da CPLP. Com efeito, não ficou claro qual o papel da Assembleia Parlamentar da CPLP na Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, nem tão pouco o papel da Assembleia Parlamentar do CONSAN.

Relativamente à Assembleia Nacional de Angola, a falta de assinatura justificou-se pelo facto de o Deputado considerar que o compromisso não estava de acordo com o que foi discutido e decidido na reunião dos presidentes dos grupos nacionais e preparatória da VI Assembleia Parlamentar da CPLP, realizada em Luanda em 27 e 28 de abril de 2015.

A Assembleia da República de Portugal não participou no último dia dos trabalhos.

- Lançamento da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional (FSAN) do Brasil

No segundo dia do seminário, depois da conclusão dos trabalhos, as delegações participaram no lançamento da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional (FSAN) do Brasil, que decorreu na Câmara dos Deputados do Brasil. O Deputado Padre João foi eleito Presidente da Frente Parlamentar.

- Visitas

No último dia de trabalhos, os participantes do seminário visitaram projetos de agricultura familiar, realizados com o apoio do Governo brasileiro, e participaram num encontro com a Secretária do Secretariado Executivo do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), órgão que assessora a Presidência da República do Brasil em matéria de segurança alimentar. Neste encontro foram

relatadas algumas das atividades desenvolvidas no Brasil no âmbito da Política Nacional e de Segurança Alimentar e Nutricional para o período 2012-2015. Por fim, foi recomendado pelo CONSEA a alteração do Estatuto do CONSAN, de modo a permitir uma maior participação dos Parlamentares.

#### IV. Conclusões e Recomendações

1. A participação no seminário revelou-se de grande importância, tendo permitido obter um conhecimento útil sobre o direito humano à alimentação adequada e sobre o trabalho desenvolvido pelo Brasil nesta matéria;

2. Considerando o compromisso parlamentar assumido e as preocupações relativas ao relacionamento entre a Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e a AP-CPLP, recomendamos que o Parlamento Nacional encete diligências junto da presidência da Assembleia Parlamentar da CPLP sobre a criação do Grupo de Trabalho para a implementação da Frente Parlamentar e sobre a participação da AP-CPLP no CONSAN que se realizará em Díli em novembro próximo;

3. Recomendamos ainda que sejam feitos contactos com o grupo de Timor-Leste sobre o estado de organização do CONSAN que se realizará em Díli, em novembro próximo.

#### V. Anexos

- Anexo I — Compromisso parlamentar da CPLP pela promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada;
- Anexo II — Estatuto do CONSAN no Brasil;
- Anexo III — Requerimento do Sr. Deputado Federal Padre João;
- Anexo IV — Ata do Lançamento da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional (FPSAN), realizado pelo Deputado Padre João na Câmara dos Deputados.

Díli, 8 de setembro de 2015

A Deputada

Aurora Ximenes»

Obrigada, Sr. Presidente.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Srs. Deputados, por razões de tempo, neste período de apreciação do relatório, não pode haver mais de quatro intervenções, por favor.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Izilda, por favor.



Sr.<sup>a</sup> **Izilda Manuela da Luz Pereira Soares** (CNRT): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos nós.

Sr. Presidente, eu só queria perguntar à Deputada relatora: qual é a razão que levou Timor-Leste a não participar na assinatura da Frente que mencionou na leitura?

Obrigada.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Outras apreciações, Srs. Deputados. Por favor.

*Houve um falhanço técnico.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Izilda, por favor, repita a pergunta porque hoje a Deputada Relatora não conseguiu ouvir por causa de um falhanço técnico.

Sr.<sup>a</sup> **Izilda Manuela da Luz Pereira Soares** (CNRT): — Eu só queria saber a razão pela qual a Deputada Relatora não assinou o documento da criação da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (FPSAN da CPLP).

Obrigada.

Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora, por favor.

Sr.<sup>a</sup> **Aurora Ximenes** (FRETILIN): — Obrigada.

Eu não assinei este compromisso porque, em primeiro lugar, foi a primeira vez que participei nesta reunião. Segundo, na minha saída ao Brasil, já tinha ouvido que este compromisso não era necessário porque a AP-CPLP, na reunião em Luanda, já tinha decidido que este trabalho é um papel dos parlamentares, a promoção do direito humano à alimentação adequada e nutrição. Foi por estas razões que não assinei este compromisso.

Obrigada.

Sr. **Presidente**: — A seguir, Sr. Deputado Francisco Branco. Por favor.

Sr. **Francisco Miranda Branco** (FRETILIN): — Sr. Presidente, obrigado.

Bom dia aos colegas Deputados.

Sr. Presidente, podemos ver o que a Relatora disse, aqui, na página 7, que não foi só a delegação de Timor-Leste, mas também a delegação de Angola e de Portugal que não assinaram o documento. Em particular, no caso de Timor-Leste, não assinámos porque foi concertado que este assunto devia ser discutido pelo grupo nacional, e depois de ser encontrada uma resposta é que podemos dar o nosso contributo para esta Frente Parlamentar de Segurança Alimentar que foi apresentada pelo Brasil. Esta é a resposta que posso dar à ilustre Deputada Izilda.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado.

Ainda há outras observações, Srs. Deputados?

Portanto, não há mais apreciações pelos Srs. Deputados. Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada Aurora, e bom trabalho.

A seguir, continuamos com as intervenções diversas dos Srs. Deputados. Estão registados aqui sete Deputados para intervenções, e começamos pelo Sr. Deputado César «Piloto». Por favor.

**Sr. César Valente de Jesus «Piloto» (CNRT):** — Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sr. Presidente e componentes da Mesa.

Posso fazer a intervenção em tétum ou não? Porque tenho muitos assuntos aqui a colocar nesta manhã, especialmente sobre a estrada de Tassitolu para Liquiçá.

**Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, é obrigatoriamente em português. Por favor.

**Sr. César Valente de Jesus «Piloto» (CNRT):** — Está bem, vou disparar o meu português.

Sr. Presidente, só queria colocar uma questão nesta manhã, e penso que S. Ex.<sup>a</sup> a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estados dos Assuntos Parlamentares deve saber para informar o Conselho de Ministros. A companhia que se responsabiliza pela construção da estrada de Tassitolu para Liquiçá, pelo que observei, construiu um muro de proteção sem alicerces ou sem ter feito escavação. Portanto, peço ao Ministério competente para fiscalizar imediatamente a fim de saber se a companhia, na sua construção, segue as regras do *BoQ* ou não.

É só isto que queria dizer nesta manhã.

Obrigado pela atenção.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado.

A seguir, a Sr.<sup>a</sup> Deputada «Bilou-Mali». Por favor.

Sr.<sup>a</sup> **Domingas Alves da Silva** «Bilou-Mali»: — Obrigada.

Bom dia, Sr. Presidente do Parlamento Nacional, Ex.<sup>as</sup> Deputados e Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Queria simplesmente saber o prazo da manifestação dos universitários, porque até à presente data ainda continuam com a manifestação. Quando é que irá acabar?

Era só isto que queria dizer.

Obrigada.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A seguir, o Sr. Deputado Antoninho Bianco. Por favor.

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Obrigado.

Bom dia, Sr. Presidente em exercício, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares ou o representante permanente do Governo,...

*Risos*

... ilustres Deputados e ouvintes.

Quero aproveitar esta breve intervenção, ou este tempo mais curto, para apresentar algumas questões relativamente ao assunto do ex-prisioneiro Christopher Lefrai, que foi detido na prisão durante alguns meses ou alguns anos. Depois da sua saída, o estatuto dele é o de um estrangeiro ou ainda se mantém como um timorense que conseguiu manipular o Governo ou o Estado de Timor-Leste?! Qual é o esforço do Governo para resolver esta questão, depois da saída do ex-prisioneiro Christopher Lefrai? O povo também está preocupado e quer saber o esforço feito pelo Governo em relação a esta questão. Se não vai resolver, talvez no futuro próximo possa haver mais pessoas que queiram aproveitar e falsificar documentos porque há fraquezas na implementação da nossa lei por parte dos agentes ou instituições competentes.

Segundo, depois de ver, avaliar e conversar diretamente sobre as situações dos ex-guerrilheiros, 26 pessoas, das FALINTIL-FDTL (Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste-Forças de Defesa de Timor Leste) que foram reformados, pergunto, qual é o esforço do Governo e do Estado para melhorar ou preparar as condições mínimas para estas pessoas? Portanto, quero aproveitar esta ocasião para saber: pelo menos o Governo já planeou um programa próprio para melhorar as condições de reintegração dos nossos ex-guerrilheiros, ou as forças das FALINTIL, durante este período? E eu acho que posteriormente, ou no ano seguinte, se o Governo não conseguir alocar fundos

para isto no orçamento para o ano fiscal de 2016, isto significa que o Governo não se está a esforçar para resolver o assunto em questão.

Terceiro, é uma preocupação sobre a falta de um concurso de escrita de artigos científicos. Durante este período, uma avaliação feita por mim aos estudantes da universidade, da escola secundária, e da escola pré-secundária até ao nível básico, leva-me a pensar que talvez não haja o esforço máximo dos educadores ou das instituições competentes do Governo para realizar, anualmente ou semestralmente, um concurso de artigos científicos para eles. Se abandonarmos essas atividades científicas para os estudantes, significa que estamos a tentar enfraquecer a qualidade das instituições académicas, começando pelo nível superior até abaixo. O Governo tem de apresentar as suas razões, talvez através da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares como representante permanente aqui. Se tiver algumas informações sobre o assunto pode fornecer-nos, senão poderá depois organizar para obtermos resposta, pode ser através de carta, na próxima semana.

Portanto, ainda tenho mais coisas para apresentar, relativamente aos contactos com o eleitorado que consegui fazer até à base e às informações que obtive...

**Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, termine o seu discurso, por favor.

**Sr. Antoninho Bianco (FRETILIN):** — Eu acho que ainda tenho tempo.

*Risos.*

Pronto, eu posso terminar, mas, se o Sr. Presidente autorizar, vou fazer nova intervenção na segunda ronda porque ainda tenho muitas coisas para apresentar. Amanhã não tem mais Plenária, não é? Por isso é que vamos aproveitar o tempo para intervir. Como representante do povo, o resultado do contacto com o eleitorado deve ser apresentado nesta oportunidade. Mas isto depende, não é? Sr. Presidente, com todo respeito, já aproveitei algum tempo, mas peço, por favor, que autorize mais alguns minutos para poder apresentar as questões.

Obrigado.

**Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, amanhã e depois de amanhã vai haver Sessões Plenárias extraordinárias, especificamente com os ministérios, e pode aproveitar esse tempo para questionar os assuntos relacionados com estes problemas.

A seguir, o Sr. Deputado Paulino Monteiro. Por favor.

Sr. **Paulino Monteiro Soares Babo** (PD): — Obrigado.

Bom dia, Sr. Presidente em exercício, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e todos os colegas Deputados.

Nesta manhã tenho dois assuntos para expor: primeiro, durante a minha visita, no fim da semana passada, a Ermera, Hatulia, a população daquela área pediu-me para fazer chegar, o mais rápido possível, ao Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, através da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, o seu pedido sobre a venda de *pulsa* de eletricidade, algo que cria muitas dificuldades à população. Às vezes a população sai de Hatulia para Gleno, ida e volta, para comprar *pulsa* que custa só 3 USD, mas eles têm de apanhar camiões e pagam mais de 5 USD ou 10 USD.

Segundo, eles exigiram também ao Ministério da Agricultura e Pescas que compre um aparelho com o objetivo de detetar as doenças dos animais antes de vender ou matar no matadouro. Porque, às vezes, os animais podem ter doenças, e as pessoas que comprarem a sua carne podem ser infetadas por uma doença dos animais.

É só isto é que quero expor nesta manhã.

Obrigado.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

A seguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Maria. Por favor.

Sr.<sup>a</sup> **Ilda Maria da Conceição** (FRETILIN): — Obrigada, Sr. Presidente em exercício.

Muito bom dia, Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e colegas Deputados.

Sr. Presidente, a propósito do relatório da Sr.<sup>a</sup> Deputada Aurora em que relatou sobre o Seminário sobre o Papel dos Parlamentares na Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada na CPLP, onde mencionou que o Governo de Timor-Leste fez um lançamento em janeiro de 2014 sobre «Timor-Leste sem fome e malnutrição» e que foi criado o Conselho Nacional para a Soberania, Segurança Alimentar e Nutrição em Timor-Leste, eu gostaria de referir que na semana passada, dia 15, o GMPTL (Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste), o nosso grupo, celebrou o Dia Internacional da Mulher Rural em Atabae, e que, quando estivemos lá, o representante do administrador do Município de Bobonaro, em Maliana, informou que Bobonaro está no primeiro lugar em relação à malnutrição. Ficámos espantadas! A realidade é que Bobonaro é um município que produz muito néli e hortaliça, mas é o primeiro lugar em malnutrição! Naquele momento não estava presente nenhum representante do Ministério da Agricultura e Pescas, de maneira que não

conseguimos trocar algumas opiniões sobre esse problema. Por isso, queria pedir à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares que fizesse chegar ao Ministério da Agricultura e Pescas para podermos saber por que razão aconteceu isto. Porque já temos um conselho nacional para a malnutrição, mas, nos nossos municípios, a nossa população ainda continua a ter malnutrição. Portanto, temos uma razão para vermos isso porque no ano passado, em 2014, já se fez o lançamento da iniciativa para realizar essas atividades.

Segundo, Sr. Presidente, recebi algumas informações sobre as preocupações de alguns professores em relação aos festejos dos 500 anos da chegada dos portugueses em Oe-Cusse. Eles perguntam: «Como é que os professores podem participar nesta celebração se os exames nacionais vão ser realizados nos dias 26, 27, 29 e 30 de outubro?». Portanto, não há tempo para os nossos professores e alunos participarem na celebração dos 500 anos da chegada dos portugueses. Por isso, eles pediram que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares fizesse chegar esta informação ao Ministério da Educação para ver se seria talvez possível mudar os dias de exames dos alunos. Se continuarmos com essa calendarização, os professores e alunos não irão participar na celebração dos 500 anos da chegada dos portugueses.

Só isso é que queria fazer chegar, muito obrigada.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A seguir, o Sr. Deputado Natalino dos Santos. Por favor.

**Sr. Natalino dos Santos Nascimento (CNRT):** — Bom dia, Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e componentes da Mesa.

Sr. Presidente, retiro. Tenho um assunto importante que queria apresentar hoje, nesta Magna Casa, mas como a sessão é em português, não posso expressar. E este é um assunto importante sobre a implementação da legislação. Por isso, decido adiar para segunda-feira para poder fazer a intervenção.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Presidente da Bancada.

A seguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada Olinda Morais. Por favor.

**Sr.<sup>a</sup> Olinda Morais (PD):** — Bem, obrigada pela oportunidade.

Sr. Presidente em exercício, tenho somente uma preocupação a apresentar.

Antes de apresentar a minha preocupação, em primeiro lugar quero expressar a minha consideração por S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Parlamento Nacional em exercício, pelos componentes da Mesa, por S.

Ex.<sup>a</sup> a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, e por todos os colegas Deputados e por toda a audiência. Muito bom dia.

Eu só queria fazer chegar a este Plenário que na semana passada, no sábado, a Comissão G, a nossa comissão, foi fazer um programa de educação cívica no Município de Manufahi, Posto Administrativo de Same, e lá o Comandante da Esquadra da Polícia disse-nos que havia três meses que eles não tinham combustível para a sua circulação. Por isso, peço a S. Ex.<sup>a</sup> a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares para fazer todos os possíveis e fazer chegar ao ministério competente para que haja uma resposta ao pedido do Comandante da Esquadra daquela localidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A seguir, Sr. Deputado Manuel de Castro. Por favor.

**Sr. Manuel de Castro Pereira (FRETILIN):** — Obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Bom dia, Sr. Presidente, componentes da Mesa, S. Ex.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, colegas Deputados, ouvintes, assistentes, mídia, e todos por aí fora.

Tenho muitos assuntos aqui para fazer chegar neste dia. Primeiro, quero falar sobre o programa de *MDGs* (*Millennium Development Goals*). Há duas semanas, na nossa fiscalização, fomos ao Município de Covalima (Suai), e lá encontrámos alguns problemas. Nesta fiscalização, recebemos informações das autoridades locais do município que nos disseram que foram construídas 400 casas de *MDGs* no Posto Administrativo de Tilomar, mas a população só usou por volta de 100 casas. E a autoridade daquele local pediu para que substituam as casas de *MDGs* por casas como as que foram construídas nos arredores do Aeroporto de Suai, utilizando tijolo armado. Porque, segundo eles, as casas que construíram perto do Aeroporto de Suai têm condições melhores do que as do programa *MDGs*. O programa de *MDGs* já leva muito tempo, há cerca de 5 ou 6 anos, por isso peço ao Sr. Presidente em exercício, a S. Ex.<sup>a</sup> a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e a todos nós para fazermos já uma avaliação deste programa. Porque, do meu ponto de vista, este programa não é bom, e a população não gosta disto. Assim, peço que possa fazer chegar ao Conselho de Ministros.

Segundo, vou falar sobre o projeto do PDID (Plano de Desenvolvimento Integrado Distrital) e o projeto da reabilitação das clínicas e escolas que é da responsabilidade da ADN (Agência de Desenvolvimento Nacional). Nalguns projetos em Suai e Same, desde os anos de 2013 e 2014 até à presente data, a retenção de 10 % ainda não foi paga. O Governo está a acumular muita dívida. O Orçamento de 2014 já foi todo executado, mas até agora ainda têm dívidas.

Terceiro, sobre a eletricidade: há bocado recebi um telefonema a dizer que em Bazartete já tem uma linha de eletricidade, construída há dois anos, mas até à data ainda não há luz. Por que razão?

Peço também ao Vice-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações I para se responsabilizar por este ato. Se continuarmos assim, é preciso haver um inquérito parlamentar sobre a eletricidade.

Em relação à reabilitação das estradas no Município de Manufahi, começando pela capital do município até Aituto, peço ao Ministério para organizar os nossos técnicos profissionais e o *PMU* (*Project Management Unit*) para poder fiscalizar e acompanhar de perto estes projetos. Porque estes projetos têm um valor de orçamento muito grande, mas a sua qualidade está em questão. Por isso, peço ao Ministério competente, para, se puder, formar um grupo de técnicos profissionais timorenses igual a um outro que foi formado em Suai, principalmente no Aeroporto. Porque quando fomos visitar essa área, encontrámo-nos com este grupo, e este tinha mesmo capacidade para fiscalizar e analisar a qualidade dos projetos.

Sr. Presidente, é só isto que quero fazer chegar nesta manhã. E em relação ao tempo, ainda tenho alguns segundos, mas vou terminar porque já não tenho mais palavras para dizer.

Muito obrigado pelo tempo que me deu.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado.

A seguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada Albina Marçal. Por favor.

**Sr.<sup>a</sup> Albina Marçal Freitas** (CNRT): — Muito bom dia, Sr. Presidente em exercício, componentes da Mesa, S. Ex.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, e caros colegas Deputados.

Tenho três questões a levantar. Tenho outras questões, mas o ministério relevante, que é o Ministério da Solidariedade Social, parece que só amanhã ou depois de amanhã é que estará cá, então vou falar apenas daquilo que se refere aos outros ministérios.

Queria pedir a S. Ex.<sup>a</sup> a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares que encaminhe ao Ministério relevante uma informação sobre a Comissão Nacional de Combate ao HIV/SIDA (*Human Immunodeficiency Virus/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida*). Há uma semana, tive oportunidade de acompanhar o Diretor Executivo desta Comissão para fazer uma campanha junto dos estudantes, e o próprio Diretor disse-me que o Ministério das Finanças fez um corte no orçamento que foi alocado para a sua Comissão, com o argumento de que isso era para poupar. Mas, esta Comissão é importante porque a doença que neste momento se está a espalhar por todo o território de Timor é uma doença contagiosa e pode contagiar outras pessoas. Então, porque é que tiveram que fazer o corte do orçamento? Devia manter-se o valor do orçamento para poder alargar as atividades e espalhar informação pela comunidade, porque isso é pertinente.

Segunda questão: na semana passada tivemos oportunidade de fazer fiscalização no Distrito de Lautém, e nesta ocasião também pude ter um encontro com o meu eleitorado, e ouvi informações de



que das 150 casas de *MDGs* localizadas na área do suco de Tutuala - que tem proximidade com Poros - apenas 40 casas estão ocupadas, 20 casas já têm donos ou os donos já se inscreveram para lá morar mas até à data isso ainda não se realizou, e 90 casas estão abandonadas. Isto quer dizer que, das 150 casas, 40 foram ocupadas, 20 estão por ocupar e 90 foram abandonadas. Qual é o mecanismo utilizado pelo Ministério relevante em relação a esta questão? Se gastamos muito dinheiro com estas casas, porque é que não temos um mecanismo adequado para que estas possam ser ocupadas por outra gente? Já gastámos muito dinheiro com esta área! Quero informar para depois a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares poder encaminhar para o ministério relevante. Eu queria saber: qual é o mecanismo utilizado?! Pelo menos que haja um mecanismo para distribuição destas casas. E também disseram que há falta de água naquela localidade das casas aglomeradas.

A última - parece que o meu tempo vai acabar – é sobre a fiscalização que fizemos aos grandes projetos plurianuais das estradas de Lospalos-Iliómar, Buihomau-Luro e Mehara-Tutuala. Isso é muito engraçado, apesar de eu não ser técnica, mas, no terreno, estivemos a ver que a estrada que liga Mehara para Tutuala, ainda que o alcatrão tivesse sido posto quase um mês ou dois atrás, mas talvez a massa de alcatrão não estivesse bem-feita, então quando a gente pisou em cima da estrada os sapatos enterraram-se no alcatrão. Isto significa que houve falta de qualidade. E o senhor, o dono do projeto, veio argumentar com tantos argumentos, mas vimos que aquele projeto não tinha qualidade. Já se gastou muito dinheiro com aquela estrada, mas a falta de qualidade continua.

Espero que todas estas informações possam ser canalizadas para os ministérios relevantes.

Muito obrigada S. Ex.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e Sr. Presidente em exercício.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A seguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada Josefa Pereira. Por favor.

**Sr.<sup>a</sup> Josefa Álvares Pereira Soares (FRETILIN):** — Obrigada, Sr. Presidente.

Muito bom dia a todos e à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Sr. Presidente, eu gostaria de frisar aqui o resultado de auditoria da *Deloitte* ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, principalmente ao Fundo das Infraestruturas. Sr. Presidente, bastantes vezes, e repetidamente, a *Deloitte* chamou a atenção para o incumprimento do decreto-lei do aprovisionamento, mas entretanto continuam, e continuam, e continuam a acontecer as mesmas chamadas de atenção da *Deloitte* ao Governo, principalmente ao Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, mas também aos outros ministérios. Sr. Presidente, se a chamada de atenção é repetida muitas vezes, isto dá a entender ao público que o Governo não tem vontade de melhorar a situação e que não está a cumprir o seu papel em prol do desenvolvimento da

Nação de Timor-Leste. Isso não pode ser, e isso não pode continuar desta maneira! Se for assim, estamos a andar por um caminho errado. É preciso ter vontade de melhorar a situação. É uma vergonha para a Nação de Timor-Leste ser chamada tantas vezes à atenção pelo incumprimento das leis. Não cumprir com seriedade e rigor, isto é uma vergonha! E isto implica que os investidores não quererão investir na nossa Nação. O incumprimento da lei e a insegurança são fatores que levam os investidores a não investirem aqui em Timor-Leste. Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, esta é uma chamada de atenção que faço enquanto representante do povo de Timor-Leste.

Sr. Presidente, eu gostaria de frisar também aqui a questão do orçamento dado pelo Estado à Comissão Nacional de Combate ao HIV/SIDA. Penso que este financiamento é para os doentes de HIV/SIDA, mas se houver um corte, é preciso saber a razão. Se há contenção do orçamento, isso pode ser porque há qualquer razão por a Comissão não cumprir as regras que deviam ser cumpridas. Mas, se houver um corte, é preciso também saber a razão. Porquê?

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A seguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélica da Costa. Por favor.

Sr.<sup>a</sup> **Angélica da Costa** (FRETILIN): — Obrigada pela oportunidade.

Bom dia, Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa, Ex.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, colegas distintos Deputados, assistentes e ouvintes.

Sr. Presidente, só tenho dois assuntos para apresentar nesta ocasião, mas antes queria dar os meus parabéns às mulheres rurais em todo o território de Timor-Leste porque comemorámos o Dia Mundial da Mulher Rural, dia 15 de Outubro, na semana passada. Por isso, mais uma vez, parabéns a todas as mulheres rurais em Timor-Leste.

O primeiro assunto relaciona-se com a fiscalização realizada pela GMPTL (Grupo das Mulheres Parlamentares de Timor-Leste) em dois distritos: Distrito de Ainaro e Distrito de Manufahi. Conforme a fiscalização que fizemos, no que se refere ao orçamento que aprovámos aqui, no Parlamento Nacional, nomeadamente o fundo de Transferências Públicas que alocámos para o SEPI (Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade) naquela altura, entre os grupos beneficiários, alguns receberam 1500 USD e outros receberam 2000 USD. Com este dinheiro, alguns grupos desenvolveram atividades como criação de galos ou criação de vacas, e resultaram bem. Mas alguns não fizeram nada, então, penso que isso aconteceu por falta de controlo ou falta de monitorização pelo Governo, principalmente pela SEPI, que entretanto mudou o nome para SEAPSEM (Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socio-Económica da Mulher).

Segundo, a falta de facilidades é o problema que os pontos focais colocados pelo SEPI em 13 distritos enfrentaram. Eles quiseram fazer monitorização ou controlo das atividades destes grupos, mas não tinham facilidades para se poderem deslocar aos sítios que ficavam mais longe do centro do município. Eu penso que os pontos vocais dos 13 municípios apresentaram praticamente os mesmos problemas. Por isso, peço à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares que encaminhe estes assuntos para o ministério competente para tomar atenção. Mesmo que o dinheiro seja pouco, este dinheiro é do Estado e do povo. Também, apesar de alguns grupos terem recebido só 1500 USD e outros 2000 USD, mas, conforme o que ouvi, houve cerca de 394 grupos, então quando somarmos, isso é muito dinheiro.

Por último, quero fazer uma pequena observação sobre os ossuários em 13 distritos. Por exemplo, no Distrito de Manufahi, no ossuário que fica perto do Monumento de Dom Boaventura, lá dentro ou no seu recinto estão muitas ervas. Então, peço ao Ministério competente para chamar a atenção às autoridades locais para que possam tomar a iniciativa de limpá-las.

Acho que é só isso que quero apresentar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Por causa da limitação de tempo, por último, o Sr. Manuel Gaspar. Por favor.

**Sr. Manuel Gaspar Soares da Silva (FRETILIN):** — Obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Muito bom dia, Sr. Presidente, componentes da Mesa, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, colegas Deputados, assistentes e todo o povo maubere.

Sr. Presidente e Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, só tenho aqui dois assuntos a frisar neste momento. O primeiro não é um assunto estranho, pois já falei sobre isso no início da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa, dia 15 de setembro, e diz respeito à carreira do barco *Liberty* entre Díli e Oe-Cusse. Porque a situação para que eu chamei a atenção naquela altura, até agora ainda não teve mudanças, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares. Por favor, encaminhe este assunto urgentemente para o Governo porque o empresário quer recolher lucros elevados numa só viagem, mas sacrifica a saúde do nosso povo. Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e colegas Deputados, a situação não mudou nada até agora. Portanto, o assunto, talvez a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares já se tenha inteirado, é que na carreira de barco de Oe-Cusse para Díli, durante toda a noite, o nosso povo tem que pernoitar entre os animais.

Segundo, Sr. Presidente e colegas Deputados, como membro deste Órgão Soberano, o Parlamento Nacional, sinto-me infeliz com aquilo que o diretor da organização da sociedade civil AJAR (*Asia Justice and Rights*), Sr. Luís Oliveira, afirmou na sexta-feira passada, às 8 horas da noite, nas notícias

da televisão, dizendo que os membros do Parlamento Nacional, isto é, os Deputados, não têm sentido de Estado e de nação neste País. Sr. Presidente, colegas Deputados e todo o povo de Timor-Leste, um órgão soberano, quando os seus membros não tiverem sentido de Estado e de nação, como é que o Estado pode admitir a existência deste Órgão Soberano neste País?! Repito: se num órgão soberano, num país, os seus membros não tiverem sentido de Estado e de nação, como é a situação deste País?! O que é que acontece neste País?! Sr. Presidente, colegas Deputados e todo o povo, num país, se os membros dum órgão soberano não tiverem sentido de Estado e de nação, existem o Estado e a nação?! A estabilidade e o desenvolvimento continuam andar normalmente?! É impossível que isso exista no mundo. Por isso, como representante do povo, digo a todo o povo de Timor-Leste que o segundo órgão soberano de Timor-Leste, neste sentido o Parlamento Nacional, e os Deputados, como membros deste órgão, têm sentido de Nação e de Estado! Por isso, Sr. Presidente, todos os colegas, mais uma vez, digo com todo o respeito ao Sr. Luís Oliveira que, como membros deste Órgão Soberano, temos o sentido de Estado e de nação, ao contrário daquilo que ele disse!

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Por razão de tempo, terminou a sessão de intervenções dos Srs. Deputados. Agora é o tempo para a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares. Por favor.

Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares** (Maria Terezinha Viegas): — Obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Bom dia, Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa e também todos os distintos Deputados.

Antes de tudo, Sr. Presidente, queria resumir aqui as intervenções dos distintos Deputados, iniciando pelo Deputado César «Piloto» e também seguindo com os outros Deputados que incidiram nos assuntos das obras públicas, transportes e comunicações. Infelizmente, na audiência do mês atrás, dia 28 de setembro, estes assuntos não foram questionados na presença do Ministro, mas irei informar sobre a construção de estradas e também sobre a aquisição da *pulsa* de eletricidade. Mais uma vez, irei informar o Ministério para poder responder, principalmente, à exigência da comunidade em Hatulia, Ermera, a fim de facilitar a venda de recarga de eletricidade na área referida.

Quanto à manifestação dos universitários, sobre a qual a Deputada perguntou quando é que termina, Sr.<sup>a</sup> Distinta Deputada, todos nós estamos preocupados com este assunto, talvez, mas amanhã estará aqui presente o Ministério da Educação. Como todos nós sabemos, a UNTL (Universidade Nacional Timor Lorosa'e) está sob tutela do Ministério da Educação, por isso podemos, talvez, requerer respostas mais adequadas amanhã ao Ministério referido.

Infelizmente, o distinto Deputado Antoninho Bianco não está, assim, não irei responder. Para a distinta Deputada Ilda, irei informar o Ministério da Educação acerca do referido assunto. E sobre o caso que as distintas Deputadas encontraram em Bobonaro, Maliana, vou informar também o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Distinta Deputada Olinda, irei informar o Ministério do Interior, e aqui, nomeadamente, o Comando Geral da PNTL (Polícia Nacional de Timor-Leste), a ver se podem responder o mais depressa possível à falta de combustível para operações, principalmente em Manufahi.

Quanto à preocupação do distinto Deputado Castro relacionada com as casas de *MDGs*, secundada pela distinta Deputada Albina, irei informar as instituições competentes, mais propriamente a ADN e o Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, para poderem providenciar algumas respostas em relação ao resultado da fiscalização dos distintos Deputados. Assim também no que se refere aos outros assuntos que o Deputado referiu hoje, acerca do projeto de eletricidade e das estradas, irei encaminhar ao Ministério competente.

Sobre as preocupações da distinta Deputada Albina Marçal e da distinta Deputada Josefa acerca do corte de orçamento da Comissão do HIV/SIDA, de facto, no exercício do Comité de Revisão do Orçamento - a Comissão do HIV/SIDA está sob tutela do Ministro de Estado Coordenador dos Assunto Sociais e Ministro da Educação - já tínhamos ouvido as preocupações da Comissão em si. Mas, talvez o que o Diretor Executivo referiu fosse o último ajustamento no Orçamento para 2016, mas, em todo o caso, irei informar a Ministra das Finanças, e também o Conselho de Ministros, para verem o assunto e considerarem o orçamento referido.

Agradeço à distinta Deputada Josefa Pereira pela sua observação e chamada de atenção, principalmente, para o resultado da auditoria da *Deloitte*. Talvez dentro desta semana, a Comissão das Finanças Públicas (Comissão C) irá realizar audiências com os ministérios competentes, particularmente sobre o Fundo das Infraestruturas, grandes projetos, aprovisionamento, ADN e também a implementação destes projetos. Esperamos que, depois das audiências, a Comissão C possa providenciar relatórios para podermos acompanhar de perto. Os ministérios competentes também irão marcar aqui a sua presença e isso está assegurado para os dias 21, 22 e 26 deste mês.

Para a distinta Deputada Angélica da Costa, sim, de facto, estas questões já tinham sido levantadas aqui várias vezes, principalmente depois da fiscalização e dos contactos realizados pelo Grupo das Mulheres Parlamentares nos 13 distritos, e já encaminhámos várias vezes e já recebemos também respostas pelo membro do Governo competente, mas, talvez este exigisse mais ao Ministério para complementar a falta de equipamento ou providenciar facilidades para a monitorização, principalmente dos grupos locais lá nos distritos. Mas, em todo o caso, registei aqui e irei transmitir todas estas informações à Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socio-Económica da Mulher, para ter em atenção no próximo Orçamento de 2016.

Em relação à última intervenção, do distinto Deputado Manuel Gaspar, infelizmente ainda não temos resposta à questão levantada aqui, principalmente sobre o transporte no barco *Liberty*. Infelizmente, na presença do Ministério também o Deputado não perguntou sobre este assunto, mas irei pedir de novo ao Ministério para ter atenção, principalmente à viagem dos passageiros do barco *Liberty*, e também não pôr de parte a questão que o distinto Deputado mencionou.

Por enquanto, Sr. Presidente, sobre os ossuários e também os assuntos ligados ao Ministério da Educação e ao Ministério da Solidariedade Social, aproveito para informar que amanhã vai marcar presença aqui o Ministério da Educação, e depois de amanhã é o Ministério da Solidariedade Social. E também ainda na próxima semana, dia 28, vão marcar também presença aqui o Ministério da Justiça e o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente para falarem sobre o investimento na área protegida.

Pelo tempo que me deu, Sr. Presidente, muito obrigada.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Ponto de ordem: Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Maria. Por favor.

**Sr.<sup>a</sup> Ilda Maria da Conceição (FRETILIN):** — Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, só queria dizer que hoje a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares disse que iria fazer chegar as minhas preocupações ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e, peço desculpa, mas isso não era para o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, mas sim para o Ministério da Agricultura e Pescas, sobre a malnutrição em Bobonaro, e para o Ministério da Educação, sobre os dias dos exames nacionais que iam recair nos dias 26, 27, 29 e 30 de novembro. Digo isso porque o festejo em Oe-Cusse vai ser no dia 28 de novembro, e os exames nacionais vão ser realizados também nesses dias de novembro, por isso é que quero fazer chegar isto outra vez.

Sr. Presidente, muito obrigada.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, por favor.

**Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares (Maria Terezinha Viegas):** — Obrigada, Sr. Presidente.

Sim, de facto, por lapso, mencionei o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, mas o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu era para o Ministério da Agricultura e Pescas. Também, ligando à preocupação sobre os exames nacionais, sim, eu não tinha referido porque amanhã virá cá o

Ministério competente, principalmente o Ministro e os Vice-Ministros estarão aqui presentes para o debate, e asseguro que amanhã iremos ter respostas para a sua preocupação.

Obrigada, Sr. Presidente.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Srs. Deputados, antes de terminar, relativamente à primeira edição do *Jornal do Parlamento Nacional* que vai ser publicado imediatamente, há alguns requisitos a serem anunciados através da Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa. Por favor.

**Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa** (Maria Fernanda Lay): — Obrigada, Sr. Presidente, pelo tempo.

Gostaria de informar os Srs. Deputados de que já foram distribuídas aos Deputados para apreciação, no dia 23 de setembro de 2015, as atas ou súmulas que foram feitas pelos transcritores para serem corrigidas. A pedido da Bancada da FRETILIN, foi concedido um período de duas semanas e já ultrapassámos o tempo, por isso gostaria de informar os Srs. Deputados de que, se não houver nenhuma reclamação, o jornal, ou a ata, será aprovado na próxima semana, e imediatamente publicado no *site* do Parlamento. Mas, há observações, da Deliberação do Parlamento Nacional, para que gostaria de chamar a atenção, entre outras: «Cada edição da 1.<sup>a</sup> Série-A do *Jornal*, após a conclusão pela DIRAT, deverá ser distribuída aos Deputados, para apreciação, na semana seguinte à da reunião a que diz respeito». E «Qualquer interveniente nos debates pode proceder à revisão meramente literária do texto das suas intervenções, até às 17 horas e 30 minutos do último dia útil da semana em que a versão provisória do *Jornal* foi distribuída, devendo para isso enviá-las por escrito ao Chefe da DIRAT». Seguidamente, «Quando as retificações ultrapassarem o âmbito do número anterior, o Chefe da DIRAT encaminhará o pedido de retificação para a Mesa do Parlamento Nacional, que decidirá da sua inclusão, ou não, no *Jornal*. No caso de não se tratar de uma revisão meramente literária, mas de uma reclamação contra inexatidões, qualquer Deputado pode apresentar, por escrito, o pedido de retificação até à aprovação da edição do *Jornal* e a Mesa do Parlamento Nacional decidirá sobre a alteração, ou não, do texto». Entretanto, «Cada edição da 1.<sup>a</sup> Série-A do *Jornal* será, normalmente, submetida à votação do Plenário na segunda semana seguinte àquela em que foi realizada a sessão». E por último, o *site*, ou seja «A página da *Internet* do Parlamento Nacional, onde será publicada a edição eletrónica 1.<sup>a</sup> Série-A do *Jornal*, terá a informação da data de aprovação da mesma, a partir da qual a *Ata* estará disponível para leitura pública e faz fé plena».

E gostaria de acrescentar que as correções feitas devem ser dirigidas imediatamente à DIRAT. Seguidamente, também gostaria de explicar que havendo inexatidão de alguma expressão que não esteja correta poderão fazer a correção, mas do conteúdo não. Mais uma vez, agradeço a participação

na correção das vossas intervenções para podermos publicar o mais rápido possível a primeira edição do *Jornal* e expor aquilo que foi discutido aqui, no Plenário, durante essas sessões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa.

Srs. Deputados, primeiro, além das agendas que já se prepararam para esta semana e próxima semana, relativamente à submissão da proposta do Orçamento do Governo no dia 29 de outubro, a Mesa aguarda a submissão do relatório da Comissão A, relativamente à proposta de lei n.º 21/III(3.<sup>a</sup>) – primeira alteração à Lei n.º 3/2004, de 14 de julho (Lei dos Partidos Políticos) e proposta de lei n.º 22/III(3.<sup>a</sup>) – segunda alteração à Lei n.º 5/2006, de 28 de dezembro (Lei dos Órgãos da Administração Eleitoral).

Segundo, a Mesa também está a aguardar a submissão da candidatura para o membro do Conselho de Imprensa e do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Timor-Leste, Empresa Pública.

Srs. Deputados, terminamos assim a nossa Sessão Plenária de hoje. Bom almoço, bom trabalho e até amanhã.

*Eram 11 horas e 51 minutos.*



*DIVISÃO DE REDAÇÃO, AUDIOVISUAL, TRANSCRIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.*